



O PAPEL DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR-AUTOR E OS PROCESSOS EDUCATIVOS EM DIREITOS HUMANOS

Francisco Egberto de Melo¹
Wilderson Taveira Leite²

The role of the history pedagogical residency at the Regional University of Cariri in the training of teachers committed to educational processes in human rights

Resumo:

O objetivo é analisar como a Residência Pedagógica potencializa os saberes de formação e as práticas de licenciandos do curso de História da Universidade Regional do Cariri para a construção de um ensino voltado aos processos educativos em Direitos Humanos. São utilizados os conceitos de “função professor-autor” para problematizar as estruturas saberes-poderes escolares e suas relações com as práticas de verdade em direitos humanos. A partir das experiências vivenciadas por residentes, preceptores e professor orientador de projeto é feita uma análise compreensiva, com base em documentos diversos e leituras bibliográficas, dos potenciais resultados do projeto em andamento. Ao final, é esperado que seja favorecida a construção de ambiente educacionais que abram caminhos para uma realidade diferente do que tem sido indicado na história recente diante dos possíveis retrocessos autoritários vivenciados mundialmente nos últimos anos, contribuindo, assim, para transformar as salas de aulas em espaços de práticas de criação capazes de interrogar permanentemente a produção, os sujeitos produtores e as condições de produção do conhecimento.

Palavras-chave: Residência Pedagógica de História. Função professor-autor. Relações saberes-poderes. Práticas de verdade. Direitos humanos.

Abstract:

The objective is to analyze how the Pedagogical Residency enhances the training knowledge and practices of undergraduate students of the History course at the Regional University of Cariri to build a teaching focused on educational processes in Human Rights. The concepts of author-teacher function are used to problematize school knowledge-power structures and their relationships with truth practices in human rights. Based on the experiences of residents, preceptors and project supervisor, a comprehensive analysis is made, based on various documents and bibliographical readings, of the potential results of the ongoing project. In the end, it is expected that the construction of educational environments that open paths to a reality different from what has been indicated in recent history will be favored in view of the possible authoritarian setbacks experienced worldwide in recent years. Thus, contributing to transforming classrooms into spaces for creative practices capable of permanently interrogating production, producing subjects and the conditions of knowledge production.

Keywords: History Pedagogical Residency, role-author-teacher, knowledge-power relations, real practices, human rights.

1. Doutor em Educação (PPGE/UFC). É professor adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e professor orientador do subprojeto de História do Programa de Residência Pedagógica de História da URCA. <https://orcid.org/0000-0003-0749-136X>

2. Professor efetivo do estado do Ceará na disciplina de História e Filosofia nos ensinos Fundamental II e Médio. Especialista em História do Brasil (2012) pela URCA - Universidade Regional do Cariri e em Docência e Performance na Educação à Distância pela Faculdade Descomplica (2021). Mestre em Ensino de História pela URCA (2021). <https://orcid.org/0000-0002-8534-6347>

1. INTRODUÇÃO

O Programa Residência Pedagógica (PRP) foi instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da Portaria nº 38/2018 e passou a integrar a política de formação de professores (Brasil, 2018), não sem resistência de intelectuais e diversas entidades, associações e sindicatos "contra as ações de adesão do governo a uma política neoliberal e influenciada por organismos internacionais" (CORDEIRO da SILVA, 2018, p. 309).

Em que pesem as controvérsias sobre o PRP, seu encerramento já começa a ser anunciado pelo Ministério da Educação e CAPES, como o foi no último Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC), ocorrido entre os dias 06 e 08 de dezembro na cidade de Lajeado, RS. Certamente, o próximo Edital, prometido para 2024, trará um novo formato para o PRP, fechando-se um ciclo aberto em um dos períodos mais conturbados da História da Educação Brasileira, pós Ditadura Civil-Militar, o que torna relevante refletir sobre os projetos participantes dos diversos editais publicados até aqui. É neste contexto de disputas que consideramos importante analisar o subprojeto de História da Universidade Regional do Cariri e sua proposta de ação inscrita no Edital CAPES nº 24/2022 (BRASIL, 2022), tendo como objetivo:

Fortalecer a formação dos licenciandos em História a partir da articulação entre teoria e prática docente, possibilitada pelo confronto permanente entre o real vivido nos espaços educacionais formais e o apresentado pelas concepções de ensino-aprendizagem, docência e trabalho escolar.

Apesar das críticas, alguma bem fundadas outras nem tanto, entende-se que o PRP deixa importantes contribuições no processo de formação de professores para o ensino de História, certamente para as outras áreas, e que estas experiências precisam ser revisitadas como forma de melhorar nossas práticas como professores formadores de professores, professores que já estão em salas de aula da educação básica e futuros professores em formação.

Espera-se que o artigo possa contribuir para a melhoria nos processos de formação de professores de História e demais licenciaturas com vistas à uma educação voltada para os direitos humanos e no combate à toda forma de preconceito e violência. Neste sentido, inicia-se por descrever algumas categorias conceituais consideradas relevantes para esta reflexão. Em seguida, faz-se uma

análise metodológica sobre as potencialidades do PRP no campo do ensino de História e algumas reflexões consideradas relevantes a partir do que foi analisado. Fechamos o artigo com as considerações finais destacando algumas contribuições que o artigo pode nos oferecer na perspectiva dos direitos humanos e do processo de humanização nos espaços escolares.

2. METODOLOGIA

Neste sentido, para construção deste artigo problematiza-se o subprojeto citado usando duas ferramentas conceituais construídas a partir de Michel Foucault, sendo a primeira "dispositivo" como sendo:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Já a segunda ferramenta, é a de "professor-pesquisador-autor". Para tanto, constituem-se os participantes do projeto, professor orientador, residentes e preceptores como autores que assumiram o papel de professores e pesquisadores que narram suas experiências, a partir da observação por "dentro" e por "fora" conforme um dispositivo formativo da Residência Pedagógica.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Destacamos que a fundamentação teórica deste artigo foi construída a partir de alguns referenciais com base em Michel Foucault, como já dito na metodologia, em diálogo com a própria pesquisa. Ou seja, a fundamentação se deu a partir das necessidades apontadas pelas fontes analisadas, o que explica o fato da fundamentação a seguir ser acompanhada dos resultados obtidos da análise das fontes.

3.1 O professor-autor

Para entender a relação entre o professor-autor e sua narrativa em situação educacional, com base em Michel Foucault (2015), parte-se do princípio de que quando o indivíduo assume a posição de professor torna-se autor. Em uma aula de História do Ensino Médio, por exemplo, o professor constrói uma narrativa, ou seja, cada aula é um texto construído, e cada pessoa envolvida constrói o seu próprio texto, o que pode ser observado, por exemplo,

quando um residente assume a regência de sala de aula para falar da República Brasileira e insere uma discussão sobre a Lei nº 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática do Bullying (BRASIL, 2015).

Indo além do fato em si, o 15 de novembro de 1989, para falar de direitos humanos, o residente destaca a necessidade de combater práticas de humilhação e/ou discriminação que podem legar à lgbtqia+fobia. Para tanto, recorre à etimologia da palavra *Res-publica*, usa fontes históricas, livros didáticos, pinturas e exemplos do cotidiano utilizando recursos didáticos e metodologias diversas. Ao final, cada um dos estudantes presentes sai daquela aula com uma forma de pensar a República Brasileira, como algo que precisa ser "coisa de todos, *res-publica*", ainda que o ponto de partida tenha sido a proclamação do dia 15 de novembro de 1989. Constitui-se, portanto, uma narrativa do residente que resulta na construção textual de cada um à sua maneira, todos tornam-se, portanto, autores: o residente, o professor preceptor, os estudantes e o professor orientador ao fazer a leitura dos relatórios e/ou presenciar as atividades do projeto por ele coordenado.

Considere-se, pois que se costuma atribuir ao professor tudo o que foi dito, escrito e acontecido em situação de ensino, todavia, o professor não é exatamente o proprietário, tampouco o único responsável por suas aulas, não é o exclusivo produtor nem o inventor.

Pode-se considerar, assim, que uma prática de ensino e aprendizagem, seja em um espaço de educação formal ou não formal, resulta de e em uma complexidade de operações que dificilmente será possível dar conta posteriormente das participações de cada um dos envolvidos. Nem mesmo o próprio professor a quem se possa atribuir a condição de autor, consegue dizer exatamente quais e como foram desenvolvidas suas ações, as origens, antecedentes e os seus resultados. O fato é que uma situação educativa se encontra sempre em determinados limites: fontes usadas para compor a aula, livro didático, Projeto Pedagógico da escola, as diversas diretrizes curriculares, normativas e normatizações, dentre outros. Ou seja, quanto mais o professor amplia e diversifica as fundamentações no preparo de sua aula mais ele amplia as fronteiras e se distancia da condição de autor solitário.

As fronteiras, todavia, são espaços de normatizações e transgressões, quanto mais elas se ampliam, maiores as chances de transgressões. Uma aula é sempre movimentada dentro de um jogo cujo as regras são sempre, mais ou menos, definidas e, ao mesmo tempo, desrespeitadas. Quanto mais regras, mais possibilidades

de transgressão.

A educação para os direitos humanos, portanto, se dá na fronteira entre os limites e as transgressões. É nessa fronteira que atua o que pode ser o que aqui estar-se chamando de professor-autor. Assim, pode-se dizer que a ação educativa é a própria morte do educador, na medida em que ele se obriga a impor limites às suas individualidades: hora de chegada e saída da escola, momento de começar e terminar a aula, regulação nas palavras, vestuário, calibre de voz, a necessidade de seguir o plano, cumprir e respeitar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC), respeitar a legislação de forma geral, considerar as individualidades, a pluralidade, a diversidade etc. Seu processo de criação e autonomia vai sendo moldado nas fronteiras, que ele tenderá a romper mais ou menos.

O professor-autor estará sempre preso a uma malha de fios que compõem o que Michel Foucault classificou de dispositivo:

um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, do tanto quanto o não dito, eis os elementos do dispositivo (FOUCAULT, 2014a, p. 45)

No emaranhado desse jogo, a ação pedagógica não será plenamente do professor-autor e será apropriada por cada um dos seus educandos à sua maneira, conforme a malha do dispositivo se estende à escola, à família, à comunidade ou mesmo ao mundo globalizado. Ao seu final, a ação educativa proposta pelo professor-autor tende a desaparecer, mesmo que seja registrada, filmada, fotografada, anotada, cada um a recuperará à sua maneira, a partir do seu lugar social e cultural, conforme sua forma de perceber e se apropriar do mundo que lhe cerca.

De toda forma, em nossa cultura escolar, é comum se estabelecer a propriedade, quando se diz que a aula é do professor X ou Y, o que indica muito mais uma forma de consumo e de apropriação do que de autoria. Ao estabelecer a autoria, já se designa uma forma de apropriação, ou seja, de como se portar diante daquele professor, como possibilidade de aprendizagem. Dito de outra forma, o professor é apenas em parte autor em um ambiente de aprendizagem, não é dono de seu discurso ou de sua narrativa. Dito isso, pode-se avançar na reflexão sobre a ação do professor-autor em sala de aula em direção à uma educação para os direitos humanos.

3.2 O professor-autor para os direitos humanos no PRP de História (URCA)

Ao observar o Projeto de Residência Pedagógica do Curso de História (URCA) e suas práticas é possível identificar uma preocupação em trabalhar na perspectiva da mediação. Tanto professor orientador, como o preceptor e os residentes buscam assumir a função do professor-autor, porém na condição de mediação, o que traz algumas implicações:

a) Cada um dos integrantes deve se colocar entre os demais e a aprendizagem, portanto, cada residente, professor orientador e professor preceptor procura se colocar na posição humilde de que não é o detentor de todo saber;

b) O ambiente de aprendizagem deve ser um espaço de transformar informações em conhecimento, desde que considere os conhecimentos, saberes e experiências prévios que cada um traz, na construção de novos saberes, conhecimentos e experiências;

c) Para que haja mediação é razoável que o ambiente de aprendizagem seja democrático, afetivo e efetivo para possibilitar a manifestação das diferentes linguagens a partir de diferentes oportunidades e da descentralização do conhecimento;

d) Cada membro e membra do PRP História (URCA) deve assumir a condição de instigador, provocador de reflexões, despertador de desejos, conector de possibilidades para que os demais produzam conhecimentos de forma colaborativa, crítica e autônoma;

e) A prática da escuta é mais importante do que a da fala;

f) O ambiente aprendizagem deve ser um espaço colaborativo: cada um deve assumir a posição de aprendiz, preceptores, aprendem com o professor orientador que aprende com os preceptores que aprendem com os residentes que aprendem com os preceptores e com o professor orientador e todos aprendem nos espaços escolares;

g) Todos os participantes do projeto precisam ser dinâmicos: assistir ao jornal, ir ao cinema, consultar a internet em busca de conhecimento; criar sua própria rede de saberes; problematizar, refletir, pensar e repensar, formar e reformar constantemente sua prática. Ou seja, deve investir na sua formação e compartilhar com os demais.

Em síntese, os participantes do PRP de História da URCA

procuram, cada um à sua maneira e de forma coletiva, situar-se "entre o indivíduo e o mundo, criando uma proposição, selecionando os estímulos mais significativos a situação de aprendizagem", ao mesmo tempo, desenvolvendo "estratégias interativas para possibilitar a construção ou a reconstrução do conhecimento, ou seja, para modificabilidade cognitiva pelo sujeito cognoscente, além das necessidades imediatas da situação." (VIANA, 2016, p. 86).

Assim, a Residência Pedagógica de História da URCA tem por base Vygotsky (1998) na definição da mediação como princípio da proposta didática cognitivo-constructivista.

Outro importante pesquisador que merece menção para se entender as práticas do projeto com base na mediação é Ausubel e a "Aprendizagem Significativa".

Para Ausubel, aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação se relaciona, de maneira substantiva (não-literal) e não-arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo. Isto é, nesse processo a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chama de "conceito subsunçor" ou, simplesmente, "subsunçor", existente na estrutura cognitiva de quem aprende" (MOREIRA, 1999, p. 11).

Todavia, considerando os objetivos da Residência Pedagógica de História da URCA, observa-se que o projeto, condicionado pela necessidade de educar para os direitos humanos, especialmente para o combate a toda forma de preconceito, vai além da condição de mediador para seus participantes, fazendo com que se tornem "intercessores" na perspectiva de Giles Deleuze. Ou seja, as intervenções realizadas pelo projeto tornaram-se uma "encruzilhada por onde pudessem passar a multiplicação de devires a partir de uma noção, ideia, termo ou sentido já suposto" (CARVALHO, 2011, p. 10).

Ou seja, mais do que mediadores, os participantes do projeto abraçam a ideia de "intercessores", como pessoas capazes de potencializar algo a ser produzido. Como afirma o próprio Deleuze, os intercessores: "podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas – mas também coisas, plantas, até animais. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores" (DELEUZE, 2006, p. 156)

Neste sentido, os intercessores do projeto voltam-se para os direitos humanos e a interculturalidade, tendo "por base o reconhecimento do direito à diferença e à luta contra todas as formas de discriminação e

desigualdade social" (CANDAU, 2012, p. 46). Ao assumir a condição de "intercessores", os participantes do projeto buscam criar possibilidades intercessoras geradoras de processos educativos que possibilitem problematizações e criatividade que possam interferir no pensamento e na conduta humana, o que implica em transformar os posicionamentos já estabelecidos dos demais participantes, especialmente dos estudantes das escolas nas quais o projeto é desenvolvido.

Voltando à função do professor-autor e dialogando com a função/educador definida em Carvalho como:

sujeito no interior de uma sociedade, relacionando-se direta e indiretamente com certos dispositivos, táticas e estratégias de saber-poder, fazendo circular um conjunto de verdades. Essas verdades podem ser de caráter dominante-reprodutor, recepcionadas, instaladas e dissipadas em mecanismos políticos de uso e aplicação de forças, quanto de abertura, ou seja, de confronto de forças e ampliação dos espaços de suas relações (CARVALHO, 2011, p. 12).

Diz-se, assim, que cada participante do PRP de História da URCA pode, a partir do lugar que lhe é atribuído, no âmbito da escola, como um lugar de experiências, assumir posições e desenvolver práticas para além do esperado e agir na fronteira da transgressão. Afinal, assume um lugar de poder e de governamentalidade no interior do projeto, na medida em que lhe é permitido agir como professor-autor, imbuído de poder. Entendendo-se que o poder somente é possível de se entender condicionado pelas relações de poder, a partir da pergunta que Foucault se faz:

o que são as relações de poder? O poder são, essencialmente, relações, quer dizer, o que faz com que os indivíduos, os seres humanos estejam em relação uns com os outros e, se você quiser, dando um sentido muito amplo a esta palavra "governar" uns aos outros. Os pais governam as crianças, a amante governa seu amante, o professor governa etc. Governamo-nos uns aos outros em uma conversação, através de toda uma série de táticas. Creio que esse campo de relações é muito importante e é isso que quis colocar como problema. (FOUCAULT, 2013a, p. 375).

Ou seja, a sala de aula, como qualquer outro espaço de educação, é sempre um lugar onde se estabelecem as relações de poder, enquanto "governamentalidade" entre as pessoas ali envolvidas a emaranhar uma complexa teia de micros e macros espaços que submergem formas e sentidos. Na ação educativa, a pessoa participante do PRP História (URCA) que assume a função professor-autor tem a possibilidade de exercício de poder. Mesmo que em ação educativa tenha que dividir ou disputar este poder com o livro didático, os

currículos, a direção da escola, os demais membros do projeto, os governantes, as teorias da educação, as teorias do ensino de História etc., outras diversas formas de poder e de estruturas políticas.

Importa dizer que estas relações de poder podem ser usadas com objetivos positivos, uma vez que o poder nem sempre é negativo. O PRP de História da URCA aponta para que este exercício seja feito para transformar os espaços da ação educativa voltados para a defesa e formação para os Direitos Humanos, assumindo, portanto, um papel decisivo ao governar os processos educativos e a função professor-autor numa perspectiva positiva. Na medida em que os participantes do projeto se apropriam de seu lugar como autores e intercessores, reveem suas práticas, táticas e estratégicas para favorecer aos demais sujeitos envolvidos o desenvolvimento de movimentos em busca da própria autonomia nos processos de transgressão, criação e aprendizagem para, conforme assumido em um dos objetivos do projeto:

Fortalecer o campo da prática por meio de ações pedagógicas direcionadas à prevenção e ao enfrentamento da violência escolar e de toda forma de preconceito, dando destaque às relações étnico-raciais, de gênero(s) e sexualidades, bem como à intolerância religiosa e os preconceitos de classe.

Assim, seguem na seção seguinte algumas reflexões sobre práticas desenvolvidas no projeto que podem atestar o que até aqui foi dito.

3.3 O PRP História da URCA no exercício do poder e dessubjetivação em busca da formação em Direitos Humanos

Falar sobre os campos de concentração da Alemanha Nazista em um contexto escolar da região do Cariri, marcada pela diversidade, e dar destaque para a necessidade de enfrentamento da violência escolar e de toda forma de preconceito, com ênfase nas relações étnico-raciais, de gênero(s) e sexualidades, bom como à intolerância religiosa e os preconceitos de classe, por exemplo, é uma forma de se perceber e fazer perceber que há uma excessiva racionalização do poder de controle sobre as pessoas, podendo existir outras formas de relações de poder a partir do lugar social que cada um ocupa.

Isso explica por que a interseccionalidade "como ferramenta analítica que considera as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – de forma inter-relacionadas e moldadas mutuamente" (COLLINS;

BILGE, 2021, p. 15-16) é tão presente nas ações do PRP História (URCA). Há uma preocupação constante em experienciar novas relações afetivas na Universidade e nas escolas, esperando que se estenda às famílias, aos parceiros e colegas de sala, com as pessoas que se cruza a cada caminhada nas calçadas, ruas e becos em formas de lutas cotidianas que tenham como bases:

a consciência do sofrimento injusto, da arbitrariedade do poder e das experiências frustradas; a análise crítica da situação real; a decisão sobre a maneira de resistir no contexto concreto levando a oposição até o limite sem uma confrontação direta; a cuidadosa ponderação de situações passadas, assim como de sua evolução; a antecipação do que pode ocorrer segundo a ação que for empreendida ou não. Tudo isso requer a aplicação de saberes complexos e especializados ligados aos mundos vitais daqueles para quem viver é lutar, porque só a luta garante a sobrevivência. (SANTOS, 2022, p. 55)

A educação para os direitos humanos prevista no PRP de História (URCA) compreende a necessidade de desburocratizar e deshierarquizar as relações entre homens e mulheres, pais e filhos, médicos/as e pacientes, professores e estudantes, administrações e servidores/as, brancos/as e negros/as, heteros/as e lgbtqi+, gestão escolar e professores, dentre outras. Por mais "imediatas" que possam parecer, estas lutas são comuns, são transversais, são da humanidade, são lutas que questionam o estatuto do indivíduo e o direito à diferença que ao mesmo tempo precisa garantir o equilíbrio identitário para evitar a cisão com a comunidade. É uma resistência aos efeitos de hierarquização, da competência, do poder-saber.

O que se funda no projeto é a rejeição à violência cotidiana do Estado e às amarras acadêmicas e escolares. O que está em jogo não é o grupo, a classe ou as instituições, mas a técnica de poder que perpassa os grupos, as classes, o Estado e todas suas instituições.

O problema, ao mesmo tempo, político, ético, social e filosófico que se apresenta a nós, hoje, não é de tentar liberar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas de nos livrarmos, nós, do Estado e do tipo de individualização que a ele se prende. Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que se nos impôs durante vários séculos" (FOUCAULT, 2014b, p. 128).

Uma vez que a pretensão é educar para os Direitos Humanos, o projeto considera os sujeitos envolvidos nos processos educativos como humanos, portanto carregados de experiências a serem postas a prova. Cada momento de vivência educativa é único em sua experiência e capaz de gerar seres transformados. As ações educativas são planejadas coletivamente a cada

quinze dias, sempre na perspectiva de ser lugar de transformar e ser transformado. Há, portanto, uma opção por processos mais humanizados de preparação, execução e avaliação dos processos educativos perpassados por relações de força e de saberes-poderes hegemônicos a serem quebrados ou descontinuados para serem substituídos pela heterogeneidade, a pluralidade de egos e a diversidade de vozes presentes a cada momento educativo.

Cada ação do Projeto é vivenciada como experiência humana, como empreitada de dessubjetivação, "de tentar chegar a um certo ponto de vida que seja o mais perto possível do não possível de ser vivido. O que é requerido é o máximo de intensidade e, ao mesmo tempo, de impossibilidade." (FOUCAULT, 2013b, p. 291). Isso implica em buscar a transgressão aos padrões impostos na educação básica e na Universidade, transgredir as amarras, questionar todos os conhecimentos e a própria existência do conhecimento, não para cair no vazio ou negação absoluta, mas para propor novas fronteiras, novas linguagens, novas existências, até já existentes, porém marginalizadas, que possam

inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência como comunidade. Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era cidadania (KRENAK, 2019, p. 24)

Experiências como produção de documentários com pessoas da comunidade, com pessoas idosas, descendentes das comunidades originárias cariris, produção e uso de jogos para contextualizar o letramento racial, uso de recortes de jornais para problematizar a violência contra as mulheres, são atividades intensas porque desafiam os limites. A função professor-autor do PRP História da URCA pressupõe, portanto, possibilitar experiências de viabilização de sujeitos em singularidades que se encontram para ver, pensar e experimentar "as palavras e as coisas" do mundo, sonhar e definir suas formas existenciais de trabalhar, viver, amar, conhecer, ser feliz em novas conexões de si para si, de si para com as outras pessoas, de outras pessoas para outras pessoas.

Por outra, os membros do projeto participam como sujeitos voltados para os direitos humanos, assume sua condição como intercessores responsáveis pelo andamento dos processos educativos, garantem aos demais sujeitos envolvidos espaços de tensões capazes de fazê-los se constituir como pessoas ativas constantemente em processo de construção de novas subjetividades. Isso implica enfrentar todos os jogos de

palavras, de regras, de normatizações e de forças doutrinárias que envolvem cada indivíduo e grupos envolvidos nos processos educativos. Humanizam-se na medida em que se colocam na condição de seres donos de seus próprios destinos, ainda que circunstanciados por outros destinos. Humanizam-se mais ainda quando possibilitam aos demais seus processos de humanização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo os participantes da Residência Pedagógica de História da URCA seres pensantes, o primeiro passo para constituição de uma sociedade mais voltada para os direitos humanos é a mudança na forma de pensar o humano e isso inclui, talvez principalmente, os historicamente marginalizados: loucos, negros, leprosos,

pobres, indígenas, criminosos, ciganos, lgbtqi+, refugiados, assassinos, dentre muitos outros.

Não se trata de projetos de engenharia social: os revolucionários da Revolução Francesa usaram os amantes da liberdade para construir um modelo de opressão disfarçado de democracia que oprime homens e mulheres até hoje; foi com base no marxismo que vigorou o stalinismo que provavelmente teria enviado o próprio Marx para morrer nas prisões da Sibéria. Importa dizer, portanto, que o que a função professor-autor pensada pelo PRP História URCA visa não é explicar o que vai acontecer ou apresentar um programa para o futuro. Isso a História já provou não ser um bom caminho, seu papel é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas, preferencialmente voltada para um humano que seja mais bem definido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, 2015.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa de Residência Pedagógica. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior (CAPES). Programa Residência Pedagógica. **Chamada Pública para Apresentação de Projetos Institucionais. Edital 24/2022**. Brasília, 2022.

CANDAUI, Vera Maria. **Didática crítica intercultural**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

CARVALHO, Alexandre Fiordi de. Função-educador: em busca de uma noção intercessora a favor de subjetividade ativa. IN: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: travessias entre educação, filosofia e história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 9-24.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDEIRO DA SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro. Políticas de formação de professores: construindo resistências. *In: Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 12, n. 23, p. 307-320, jul./out. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/192461/politicas_de_formacao_de_professores.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 17 dez. 2023.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 287.

FOUCAULT, Michel. O intelectual e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense, 2013a. *Ditos & Escritos*. v. VI, p. 371-376.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense, 2013b. *Ditos & Escritos*. v. VI, p. 285-347.

FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. *Ditos & Escritos*. V. IX, p. 44-77.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. *Ditos & Escritos*. V. IX, p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. *Ditos & Escritos*. V. III, p. 268-302.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOREIRA, Marco Antonio. **Aprendizagem significativa**. Brasília: UNB, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar: abrindo a história no presente**.

VIANA, Flávia Roldan. **Análise do desenvolvimento do processo de autorregulação por alunos com deficiência intelectual: implicações dos princípios de Feuerstein na intervenção pedagógica tutorada**. 2016. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2016

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.